

Diversidade sexual, Gênero e Exclusão Social na produção da Consciência Política de Travestis*

Sexual diversity, Gender and Social Exclusion in the construction of transvestites' political consciousness

[Alessandro Soares da Silva e Renato Barboza](#)

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Instituto de Saúde. Brasil

alessoares@terra.com.br renato@isaude.sp.gov.br

Resumen

O presente ensaio consiste num esforço para refletirmos acerca do universo de travestis e sua situação de grupo excluído. Para tanto, buscamos construir este texto a partir de conceitos como Gênero, Patriarcado, Exclusão Social, Identidade, Diferença e Diversidade e de relatos de travestis acerca de sua realidade social. Por fim, com base nas experiências do movimento de mulheres feministas, procuramos tecer algumas considerações acerca da formação de sua consciência política.

Palabras clave: Travestis; Gênero; Exclusão Social; Consciência Política; Psicologia Política.

Abstract

The present essay examines the social situation of transvestites, and their identity as an excluded group. The examination takes into account gender, patriarchy, social exclusion, identity, difference and diversity, and uses transvestites' own reports of their social reality. Finally, on the basis of the experiences of the feminist movement, the article offers some considerations on the formation of transvestites' political conscience.

Transvestites, Gender, Social Exclusion, Political Conscience, Political Psychology.

* Para Amanda, Stela e Vinícius Alves Neves. Para as companheiras e companheiros do grupo RQTR – UCM – Madrid.

Introdução

Habitualmente quando se estuda gênero, logo se pensa em relação de gênero constituída por homens e mulheres. Esta se estabelece, num primeiro momento, pelas diferenças biológicas, mediante as quais, geralmente, são constituídas as desigualdades que tornam a mulher vulnerável à exclusão social. Ainda segundo esse percurso, já é sabido que a exclusão que atinge a mulher se dá de diversas formas; ela se dá num espectro amplo que pode ir desde o espaço do trabalho, passando pelas questões de classe social, até questões referentes à cultura, a etnia ou idade. Portanto, a questão da dialética inclusão/exclusão da mulher mostra-se complexa e necessita de uma análise transversal na qual vários elementos precisam ser estudados para que se compreenda bem os mecanismos da dominação masculina e da exclusão social.

Contudo, não é a mulher o objeto deste ensaio, mas um grupo pouco estudado, porém tão excluído quanto: as travestis. Para tanto, se faz mister analisar esse fenômeno a partir da leitura de como o feminino é vítima da exclusão. Particularmente a mulher, e as questões relativas a ela, é objeto da maior parte dos estudos de gênero. Aqui pretendemos trazer um outro campo para que os estudiosos e as estudiosas em gênero se dediquem. Falar do travestismo muitas vezes pode significar pensar na possibilidade de um novo gênero que não os gêneros masculino e feminino. Certamente, esta questão traz em si um vasto universo de polêmicas a serem debatidas e, quem sabe, posteriormente elucidadas.

Muitos poderiam ser os caminhos para tratarmos do tema, mas entendemos que fazê-lo sem antes conhecermos melhor o fenômeno da exclusão/inclusão social e suas inúmeras formas de manifestação, constituir-se-ia em uma ingrata tarefa, pois pensar essas questões nos remete a uma melhor compreensão do universo do travestismo. Assim, faremos uma breve, porém não menos importante discussão acerca da dialética da inclusão/exclusão social, relacionando-a com a questão do feminino/masculino entre essa população, pensando, por fim, a questão do gênero a que essas pessoas se encaixam e/ou são encaixadas.

Finalmente, neste trabalho pretendemos analisar de que modo a dialética da inclusão/exclusão, a subordinação que orienta as relações de gênero e a vulnerabilidade que vivem as travestis contribuem para a formação da consciência política, pois, como aponta Salvador Sandoval, a

“(...) consciência é um conceito psicossocial referente aos significados que os indivíduos atribuem às interações diárias e acontecimentos em suas vidas (...) A consciência não é um mero espelhamento do mundo material, mas antes a atribuição de significados pelo indivíduo ao seu ambiente social, que servem como guia de conduta e só podem ser compreendidos dentro do contexto em que é exercido aquele padrão de conduta.” (Sandoval, 1994: 59).

Assim, entendermos como se dá a articulação destes conceitos no cotidiano destas pessoas é fundamental para compreendermos como elas constroem suas consciências políticas em meio aos processos de interação social. A consciência política não é inata, mas construída mediante as relações entre sujeitos, em espaços de intersubjetividade, os quais propiciam os múltiplos processos de internalização de formas culturais de comportamento. Na medida em que as formas de existência vão se tornando mais complexas e se modificando, também se modificam as formas de interação e de comportamento e, por conseguinte, as complexidades da consciência política.

Na perspectiva de William Gamson (1992a,b) a consciência política é construída a partir das significações que cada sujeito faz em seu mundo cotidiano através da mediação de instituições como a família, a escola, a Igreja e os movimentos sociais, as quais compõem a complexa tecitura social. Agregue-se a isso a mídia e suas múltiplas facetas ideológicas que, junto com as instituições sociais, atuam como instrumentos de mediação e construção de significados e exercem um destacado papel no processo de formação da consciência política de cada sujeito e grupo social (Gamson, 1992a). Assim, a consciência política seria parte do processo de dominação daqueles que detém o poder. Nesta perspectiva, qualquer mudança nela dependeria de uma disputa simbólica envolvendo os significados construídos, interpretações e re-interpretações destes, visto que a consciência política emerge de um espaço intersubjetivo no qual acontece a interação entre o universo cultural em que o sujeito está inserido e suas estruturas de cognição. Portanto, os demais conceitos que aqui abordaremos são importantes pelo fato de que eles permeiam a consciência, fazem parte desta disputa simbólica vivida cotidianamente pelo sujeito.

Exclusão social: uma revisão teórico-conceitual

Para que falemos de exclusão social de maneira adequada, é necessário que façamos uma breve revisão histórica para que não caiamos em certos equívocos teórico-metodológicos correntes e acabemos por firmar conceituações descontextualizadas. A exclusão social, enquanto condição sócio-econômica-política e cultural remonta à antigüidade greco-romana. Nestas sociedades, as mulheres estavam equiparadas à mesma condição de escravos e de estrangeiros. A todos esses era atribuída à condição natural de ineptos às práticas políticas, visto que não possuíam capacidade de julgar adequadamente o real. Exemplo desse tipo de concepção pode ser encontrado na História do pensamento humano. Platão, em *A República*, V livro, desenhava a mulher como reencarnação dos homens covardes e injustos. Aristóteles, em *A História Animalium*, afirmava que a mulher é fêmea em virtude de certas características: é mais vulnerável à piedade, chora com mais facilidade, é mais afeita à inveja, à lamúria, à injúria, tem menos pudor e menos ambição, é menos digna de confiança, é mais encabulada. Aristóteles ainda afirma em *A Política* que as mulheres eram o resultado da ausência de calor durante a gestação. Ser mulher era decorrente de má formação (Aristóteles, 1999). Essa concepção natural a respeito desse grupo social era suficiente para justificar a sua exclusão da vida política, esfera fundamental para a existência humana no mundo grego.¹

Desde o século XVII a importância dada à vida familiar e a casa pelas classes médias fortaleceu a ideologia dos papéis domésticos e educativos para o feminino. Nesse sentido, Jean Jacques Rousseau vê a mulher como destinada ao casamento e à maternidade. Já o filósofo alemão Immanuel Kant, é extremamente duro e preconceituoso com a mulher. Ele a considera pouco dotada

¹ Vale ressaltar ainda que aqui nos referimos à condição da mulher como sendo uma condição de exclusão social, isso pode ser questionado pelo fato de este conceito surgir apenas nos anos setenta do século XX. Ainda assim, mantemos esta designação com o sentido de que estas não possuíam qualquer possibilidade de inserção social naquilo que dizia respeito aos espaços institucionais de poder e decisão. Quando ocorria era de forma indireta e tangencial como era o caso das sacerdotisas greco-romanas.

intelectualmente, caprichosa, indiscreta e moralmente fraca. Sua única força é o encanto. Sua virtude é aparente e convencional.

Importa lembrar que esse pensamento acerca da mulher e do feminino, tornou-se hegemônico num mundo patriarcal, vindo a ser contestado de forma mais contundente somente na contemporaneidade com o advento do movimento feminista. Também é a partir da crise econômica mundial, que ocorre na idade contemporânea e que dá evidência à pobreza, que a exclusão social toma visibilidade e substância. Observe-se que a partir de 1980, os efeitos da crise econômica que atinge aos chamados países emergentes despontam, gerando desemprego prolongado e, parafraseando Robert Castel (1998), os desafiliados do mercado passam a ser denominados de socialmente excluídos.

O termo exclusão social origina-se na França e ganha maior visibilidade durante os anos 70 do século XX quando René Lenoir, inspirado no pensamento liberal, formula o conceito de *Exclusão Social* (Les Exclus, 1974) com o qual passa a tratar de questões como a mendicância, a indigência etc. Ao fazê-lo, o autor traz esses temas para a arena social, pois, até aquele momento, tais assuntos encontravam-se restritos à arena individual. Ainda que seus esforços tenham sido importantes para resgatar situações sem visibilidade no plano social, Lenoir sofreu severas críticas de pensadores alinhados politicamente à esquerda. Como assina-la Mariangela B. Wanderley (1999), o mérito da obra de Lenoir foi o de "(...) suscitar o debate, alargando a reflexão em torno da concepção de exclusão, não mais como um fenômeno de ordem individual, mas social" (Wanderley, 1999:16).

Vale registrar ainda, que Lenoir não entendia exclusão social como um conceito restrito às populações que hodiernamente sofreram e sofrem um processo de proletarização ou mais especificamente de sub-proletarização. Para o autor, exclusão é um conceito que ultrapassa os fenômenos marginais, que atinge cada vez mais os diversos extratos sociais. Em Les Exclus, o autor define como excluídos aqueles indivíduos concebidos como resíduos dos trinta anos gloriosos de desenvolvimento francês.

Outra obra que ajuda a compreender esta tópica é a de Gilberto Dupas (1999), na qual o autor apresenta diversas perspectivas, várias óticas de autores como, por exemplo, Gary Rogers para se compreender esta questão. Assim, o debate sobre exclusão social, de acordo com a obra de Dupas, bem como a de Lenoir, apareceu na Europa a partir do crescimento da pobreza urbana, e sua orientação varia de acordo com as conjunturas políticas e econômicas das sociedades. Para que se possa aprofundar o debate, três paradigmas acerca da exclusão social são propostos na obra de Dupas, os quais se encontram associados a distintas filosofias políticas. São eles: 1) O Paradigma da Solidariedade; 2) o Paradigma da Especialização e, por fim, 3) o Paradigma do Monopólio.

No primeiro paradigma, a solidariedade está associada à filosofia republicanista. Desta perspectiva, a exclusão social resulta do rompimento da relação indivíduo X sociedade. Para que essa situação seja superada, é necessária a mediação e a intervenção do Estado. Cabe a este o dever de atuar com vistas a garantir a inclusão dos indivíduos postos à margem das relações sociais.

O segundo paradigma, baseado na especialização das atividades humanas, é associado ao pensamento liberal. Nesta ótica, a exclusão social está vinculada às questões de discriminação. Aqui a participação do Estado resume-se a possibilitar aos sujeitos que estão em situação de exclusão moverem-se nas diversas categorias sociais existentes na sociedade.

Por fim, pode-se observar que, baseado na filosofia política de cunho social-democrata, surge um terceiro paradigma, ou seja do monopólio. Nesta proposição paradigmática, a exclusão social explica-

se pela formação de monopólios de grupos sociais. A exclusão social é decorrente da concentração de espaços de poder por poucos grupos, cabendo ao Estado coibir tais monopólios.

Com base nesses paradigmas, podemos observar que a exclusão social é multidimensional, multifacetada, capaz de assumir diferentes aspectos e, assim, de atingir de diversas formas as sociedades contemporâneas. Portanto, os países que estão fora do círculo do desenvolvimento são aqueles mais susceptíveis às situações de exclusão social. Nesta perspectiva, observa-se que a exclusão encontra-se vinculada às questões macrossociais pertinentes ao mercado de trabalho, sendo os principais aspectos desta vinculação, o acesso ao emprego, aos bens e serviços, bem como falta de segurança, justiça e cidadania no universo do trabalho. Questões como moradia e serviços comunitários, bens e serviços públicos, terra, direitos humanos e sociais, também passam a compor este espectro da exclusão social. Seguindo essa lógica, podemos enumerar diversas categorias de excluídos. Nelas podemos ver reunidos importantes grupos sociais como os sem terra, os sem teto, os analfabetos, os negros, as mulheres e as chamadas *comunidades LGBT* (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros).

No Brasil dos anos 80, juntamente com o fim da era militar, temos o princípio de uma crise econômica que, apesar de nossa atual estabilidade monetária, até hoje nos acompanha. Nesse período em que o *boom* desenvolvimentista proporcionado pelos governos militares chega ao fim juntamente com o próprio regime, nasce um novo governo no qual as velhas figuras da velha república retornam à cena como se fossem arautos do mais genuíno pensamento democrático. Com eles, porém, além do discurso falaz da democracia², acompanha-os uma crise econômica sem precedentes.

As crises econômicas que têm início a partir da nova república, marcadas por inúmeros planos econômicos fracassados, levaram ao crescimento impar das populações excluídas. Nesta época, destaca-se o escritor Hélio Jaguaribe que, na esteira de Lenoir, propõe que a exclusão de contingentes humanos se dá mediante a pobreza crescente, fato este que assolava o Brasil de então (bem como o de hoje), e que era (é) resultado dessas inúmeras crises econômicas circunscritas ao atual modelo econômico neoliberal fortalecido nas gestões de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e que tem continuidade no atual governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, que se iniciaram, como já pontuamos, no final do regime militar, entre os anos de 1981 a 1983.

É importante destacar que desde o governo FHC, verifica-se uma lógica econômica baseada na racionalidade imposta pelas instituições econômicas mundiais que servem ao capital internacional. Nessa perspectiva, para Jaguaribe, a exclusão assume, assim, as feições da pobreza.

Debatendo o contexto social brasileiro, aparece, sobretudo na década de 90, o economista Cristovam Buarque³. Este constrói suas contribuições seguindo a mesma perspectiva de compreensão já

² Falaz não só porque são os mesmos personagens da era militar a atuarem na nova república, mas porque os governos que sucederam ao governo de José Sarney (1985-1989), em nossa opinião, atuaram muitas vezes como verdadeiras ditaduras brancas.

³ Cristovam Buarque é economista e foi reitor da Universidade de Brasília – UnB, Governador do Distrito Federal (1998-2002) e atualmente é senador da república eleito pelo Partido dos Trabalhadores – PT – por quem também fora nomeado Ministro de Estado da Educação (2003). Hoje Buarque encontra-se no Partido Democrático Trabalhista – PDT – por discordar da condução das políticas educacionais e econômicas do governo Lula.

apontada por Hélio Jaguaribe (1986). Buarque faz em seus escritos análises acerca da crise econômica que assolava o país desde a década de 80. Nestes textos são nítidas as suas críticas e denúncias, evidenciando que a condução econômica do país ameaçava a manutenção da paz social, pois gerava um imenso número de excluídos, de *“apartados sociais”* (1993a,b). Pobres e ricos encontram-se divididos de maneira ímpar e marcante, não só pela miserabilidade dos primeiros e pela opulência dos segundos, mas pela ousadia com que os pobres enfrentam essa condição marginal provocando entre os poucos ricos, porém imensamente abonados, situações de temeridade ante a essa massa de expropriados e excluídos, de *apartados*, crescente no Brasil. Assim, a exclusão social, na visão do autor, é um processo presente, visível e que ameaça confinar grande parte da população num *apartheid* informal.

Também nessa década, começam a ganhar relevância as importantes contribuições da socióloga e psicóloga social Bader Burihan Sawaia (1999). A pesquisadora trata da exclusão social como sendo um fenômeno de estrutura e funcionamento de caráter dialético, sendo que este necessariamente implica em um processo de inclusão social. No mesmo instante em que o sujeito é objeto de exclusão social de um dado grupo ou prática social, este é incluído em algum outro grupo ou práticas rotulados de forma marginal. Assim, fica claro que não há exclusão sem inclusão e vice versa.

Neste revisitar teórico sobre a questão da exclusão, fica evidente que ela é gerada nos meandros do econômico, do político e do social, tendo desdobramentos específicos nos campos da cultura, da educação, do trabalho, das políticas sociais, da etnia, da identidade e de vários outros setores e dimensões da vida humana.

Um Retrato da Exclusão Feminina

Como já se sabe, a exclusão social da mulher é secular e diferenciada, baseada na visão bipolar do sexo, sendo que a reprodução da exclusão social feminina se estabelece mediante a força secular do patriarcado, que, no dizer de Heleieth Saffioti (1987), é o mais antigo sistema de dominação-exploração. Segundo a autora,

“(...) o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, moldado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico. (...) Desta sorte, fica patente a dupla dimensão do patriarcado: a dominação e a exploração.” (Saffioti, 1987: 50-51).

Nesta perspectiva, ao olharmos para a história da humanidade será fundamental observarmos que as relações entre homens e mulheres, ao longo dos séculos, mantêm um caráter excludente, visto serem construídas mediante a bipolarização. Os ideólogos burgueses destacaram sua inclinação natural para o lar e a educação das crianças. Assim sendo, se atribui à mulher a condição de inferior; restringindo-se a sua ação à vida privada, a casa, à cozinha, à Igreja e à escola (dos filhos). Ainda que se proclame à mudança nas relações entre homens e mulheres, ela ainda é inexpressiva, pois, a nosso ver, a maioria dos formadores de opinião continua a reproduzir e perpetrar a doutrina da submissão feminina à superioridade masculina. Como podemos notar, esses limites da ação feminina imputados à mulher reforçam a base da exclusão do feminino na sociedade. Reverter esse quadro

tem tomado longo tempo das feministas, as quais se empenham em elaborar conceitos de equidade entre os sexos e, assim, propiciar à mulher um ambiente menos propenso à exclusão.

Aqueles que ocupam as esferas de poder na sociedade não estão e nunca estarão dispostos a abrir mão de parte de seu poder, por menor que possa ser esta parcela. Abrir mão dele significa enfraquecer-se e, por conseguinte, fortalecer ao inimigo. Assim, o crescimento da ação feminina no mundo dos homens sempre será barrado e qualquer sinal de melhora da condição feminina será fruto de muita luta e, por que não dizer, de muito sangue, suor e lágrimas. Da mesma forma que constitui um equívoco confundir matriarcado com transmissão matrilinear da hereditariedade, também o seria pensarmos que homens e mulheres encontraram-se ou encontram-se na mesma posição social, com igualdade de força, poder e oportunidades. Se isto fosse real, o movimento feminista já teria alcançado o fim de sua história.

E essa triste condição que a sociedade dos homens esforça-se para garantir à mulher pode ser muito bem vista no campo do trabalho. Neste, a exclusão da mulher não encontra explicação nas conjunturas econômicas, pois suas raízes estão fincadas em matrizes diversificadas, em diversos sistemas de dominação-exploração que Saffioti (1987) identificou como sendo o patriarcado, o racismo e o capitalismo. Tais sistemas encontram-se fundidos de modo simbiótico e não pacífico, sendo, devido à contradição que marca esta simbiose,

“(...) impossível isolar a responsabilidade de cada um dos sistemas de dominação (...) pelas discriminações diariamente praticadas contra mulheres. (...) Se o patriarcado e o racismo contêm elementos capazes de permitir a maximização dos lucros capitalistas, estes mesmos elementos contêm o consumo das classes trabalhadoras dentro de limites bastante estreitos.” (Saffioti, 1987: 62).

Para que a mulher da classe dominante pudesse sair, reagir, ao isolamento do lar, a via da filantropia foi uma das mais utilizadas. A penetração da mulher no mercado de trabalho se dá pela atribuição de prestar serviço social gratuito, de importante relevância para a sociedade pensada para o homem. Nesta atividade, os interesses do patriarcado em manter a mulher distante do patrimônio e numa relação hierárquica inferior continuavam preservados. Somente a partir da luta do movimento feminista no século XIX é que essa estratégia de exclusão da mulher mediante sua pseudo-integração no mundo do trabalho passa a ser combatida. Também as mulheres dos meios populares reagem ao isolamento do lar. Estas buscam alternativas de forma coletiva para superar a condição que lhes era reservada. Nesse sentido, a participação da mulher no espaço público se deu por um processo de reação a essa condição e por sucessivas conquistas que estão presentes nos dias atuais.

A inserção feminina no universo do trabalho remunerado ocorreu graças à necessidade do capital de ampliar o seu consumo. Tal inscrição neste espaço também se deu em bases desiguais, pois ela ingressa no mercado na condição de força de trabalho estigmatizada pelo fato de ser mulher e, por conseguinte, naturalmente inepta. Se antes ela já era submetida a relações desumanas na esfera privada, agora também o é na esfera pública. Assim, como observam Saffioti (1987) e Maria Cristina Bruschini e Flúvia Rosemberg (1982), a atuação da mulher no mercado de trabalho ainda se dá em condições visivelmente desiguais e excludentes.

Se, durante séculos, o preconceito de inferioridade designado ao sexo feminino fora construído por meio da religião, das leis, da escola e da família, onde, cotidianamente, não apenas o homem, mas a própria mulher, reproduzia e repunha a superioridade masculina, a lógica patriarcal, através da

educação familiar ou informal, também o capital apropriar-se-ia desta famigerada estratégia. Mediante este ato sagaz, o sistema capitalista a reproduziu nas relações de trabalho, sem, no entanto, deixar de dizer à mulher que ele a convoca para o mercado de trabalho remunerado e que ele a aceita como trabalhadora legítima, apesar de sua inaptidão.

No entanto, o fato de a mulher ter sido incluída no mundo do trabalho, não fez com que deixasse de ser alvo dos preconceitos masculinos, visto que o discurso da inferioridade encontra-se internalizado pelos homens (e mulheres), favorecendo a reprodução das condições e da dominação masculina em si, ao invés de garantir a superação desta realidade. Portanto, ainda que a mulher esteja atuando de modo efetivo neste espaço dito masculino, ela continua sem obter o acolhimento de seus pares, sem conseguir alcançar o status de companheira (Pateman, 1993). Em outras palavras, sua inserção nos espaços do público e do privado não a liberou da duplicação de papéis, visto que ainda que ela esteja inserindo-se no espaço público mediante o trabalho extra-lar, o homem ainda considera as atividades do lar como ‘coisas de mulher’ e exime-se de compartilhá-las com ela, mantendo, assim, a inequidade nas relações de gênero tanto na esfera privada quanto na pública.

É mediante a tentativa de conciliar as várias tarefas cotidianas, entre as quais a do trabalho remunerado, que essa mulher trabalhadora adentra na esfera pública e passa a vislumbrar a possibilidade de desconstruir preconceitos seculares. É mediante essa tentativa que ela busca garantir uma vida mais autônoma e emancipada numa sociedade marcada pelo dualismo estrutural e que lhe atribui um papel secundário, complementar àquele que o homem exerce.

Ao homem reserva-se o papel de provedor da família sem que, no entanto, ao ceder lugar à mulher, ele abra mão de seu poder, de seu domínio. Nem mesmo as transformações sociais que marcam o mundo, a saber: a globalização e o desemprego, foram suficientemente relevantes para garantir a inclusão equânime da mulher. As mudanças nas relações que organizam o mundo contemporâneo possibilitaram a mulher tornar-se provedora parcial ou total da família. Mesmo assim, nessa conjuntura, a atuação dela continua a ser adversa e desigual, de caráter masculino e, portanto, não comum aos dois gêneros (Saffioti, 1997).

Para que se possa lograr uma mudança social na qual a diferença, a diversidade e igualdade entre gêneros seja real, se faz necessário que verdadeiras políticas de equidade sejam implementadas. Como aponta Tomaz Tadeu da Silva (1999), a diferença e a diversidade são ponto de partida para a construção da identidade. Assumir que estas questões estão no domínio da cultura e não devem ser encaradas como naturais possibilitará superar as contradições oriundas de uma percepção dicotomizada, maniqueísta e despolitizada acerca do fenômeno da identidade. Somente quando se perceber que este constructo social encontra-se marcado por questões de ordem subjetiva e política, pela diversidade cultural e pela diferença, é que seremos capazes de apontar identidades, visto que a diferença constitui a face da identidade e ambas se constroem na relação entre o eu e os outros.

Certamente, pensar este processo na constituição de um discurso identitário coletivo, de forma que os princípios de equivalência e de diferença sejam estratégicos (Laclau & Mouffe, 1985) é um desafio permanente neste campo de estudos. A partir de duas experiências distintas, a de mulheres como grupo excluído, bem como do grupo de travestis, nos permite apontar quais as relações existentes entre equivalência de direitos e reivindicação da diferença na constituição da identidade coletiva e pessoal.

Desta forma, as relações inerentes à construção do espaço feminino, a despeito de todos os avanços no campo social, ainda encontram-se sob a tutela desta sociedade patriarcal, reservando à mulher a

falsa imagem de doce, frágil e cuidadora do lar, inepta ao mundo dos homens e feita sob medida para satisfazê-lo. Nesse contexto, a diferença entre os sexos é naturalizada, deixando de ser o caminho para se pensar a identidade numa real sociedade multicultural e marcada positivamente pela diversidade. Na realidade, ainda nos encontramos muito longe de vermos uma sociedade na qual todos tenham acesso aos bens e serviços produzidos socialmente, em que a educação de meninas e meninos resulte em comportamentos equânimes nas relações de gênero e não na exclusão e na violência contra o feminino.

Gênero: Um conceito transversal

Optamos pela perspectiva de gênero por que nós a entendemos como uma possibilidade concreta para apreendermos as relações sociais entre homens e mulheres, bem como entre indivíduos do mesmo gênero, sem que nos fechemos em um único espaço de ordem epistemológica. Para nós, trabalhar a partir deste referencial exige que qualquer estudioso lance mão da transversalidade do conhecimento, visto que este conceito atravessa questões como classe, raça, credo etc. Nessa ótica, ele pressupõe metamorfoses, mudanças e permanências, desconstruções, reconstruções de elementos simbólicos, imagens, práticas, comportamentos, normas, valores e representações que podem e devem ser observadas por diversos campos do saber como, por exemplo, a Psicologia Social, a Sociologia, a Antropologia e a Política.

Todavia, para que se possa fazer uma discussão mais acessível àqueles leitores menos afeitos a este tipo de estudo, passaremos a fazer aqui uma breve revisão deste conceito. O conceito de gênero aparece no contexto anglo-saxão e é usado para caracterizar uma relação, se constituindo em uma outra perspectiva, opção, de ordem epistemológica, para a análise das relações sociais. Tal conceito nasce do esforço das estudiosas do feminismo que, ao voltarem-se para a condição da mulher, para si mesmas, tentam construir um conceito de gênero desvinculado do sexo, da identidade biológica de um indivíduo. Assim, gênero é uma construção social do sujeito masculino ou feminino e não a condição natural de macho ou de fêmea expressa nas genitálias, o que implica em dizer que as relações afetivas, amorosas e sexuais não se constituem como realidades naturais, mas são construídas por meio de processos culturais.

Ao associar a categoria gênero ao patriarcado, ao marxismo e a psicanálise, Joan Scott (1989), explica a subordinação da mulher e a dominação masculina, sendo o gênero o elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos. A autora entende que as relações de gênero possuem uma dinâmica própria, a qual se articula com outras formas de dominação e de desigualdades sociais. Joan Scott se apropria de teorizações pós-estruturalistas da desconstrução como a proposta por Jacques Derrida. Assim, para a autora o pensamento ocidental vem operando na base de princípios expressos pela hierarquização de pares opostos para pensar as relações de gênero.

Nesta perspectiva, Scott entende que as relações de gênero manifestam relações de poder, as quais são relações primitivas de poder. E isso se dá calcado em quatro dimensões, a saber: a subjetiva, a simbólica, a normativa e a organizacional. Ao analisar as esferas da subjetividade e simbólica, a autora aponta para a necessidade de compreender as formas com que a identidade de gênero se estabelece e se relaciona com atividades, historicamente situadas, de cunho organizacional, social e cultural, bem como as múltiplas contradições e os inúmeros dualismos presentes nas diversas formas

de significação da realidade. Já nas esferas organizacional e normativa, ela observa o lugar e a forma com que as instituições sociais propiciam, aprofundam e perpetuam as assimetrias entre os gêneros. Essas observações são possíveis mediante as interpretações do significado dos símbolos, os quais tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas, sua duplicidade semântica no processo de definição do que seja o masculino e o feminino.

Teresita Barbieri (1992) propõe que a categoria gênero surge e se expande da sociedade, sendo esta também o elemento gerador da subordinação feminina. Assim, a categoria gênero constitui-se a partir de questionamentos de verdadeiras ordens epistemológicas até então dominadas pelos homens. Nessa trajetória traçada mediante o diálogo entre o movimento social feminista e a academia, a categoria analítica do gênero, percorreu espaços transversos, inter e transdisciplinares, marcando um novo olhar sobre os fenômenos das relações humanas. Portanto, gênero é um conceito que ilustra as diferenças reais entre homens e mulheres e a cadeia de desigualdades socialmente construídas a partir delas.

O Universo do Travestismo

As restrições impostas à mulher desperta um processo de exclusão que freqüentemente se ancora nas diferenças. Essa idéia da diferença permeia discursos hegemônicos, presentes em falas sobre as desigualdades de gênero, e impossibilita que se lide adequadamente com o que distingue homens e mulheres.

Nessa mesma perspectiva, encontramos a população de travestis vivendo restrições sociais muito próximas, em diversos aspectos e campos da vida humana, daquelas a que a mulher é subordinada. Se na questão da exclusão da mulher observamos que o discurso da desigualdade muitas vezes encontra sustentação na diferença biológica, no caso da população de travestis, percebemos que diferenças como a orientação sexual; a obtenção de traços femininos mediante o uso de hormônios femininos e da intervenção das *bombadeiras*⁴; a dubiedade presente nos papéis sexuais que pode desempenhar, estando ora próximo daqueles atribuídos à mulher, ora daqueles atribuídos socialmente ao homem, torna-lhes tão ou mais vulneráveis do que as mulheres, visto que as travestis não têm as mesmas possibilidades de vencer a lógica bipolar e patriarcal que organiza a sociedade.

Esta lógica calcada na percepção heterossexual da sociedade, na qual apenas o masculino e o feminino têm seus espaços garantidos, as colocam em situação de desvantagem na sociedade heteroerótica, as remetem a uma situação de clara exclusão social por não estarem dentro da normatividade, da organicidade, dos padrões simbólicos e subjetivos que organiza a sociedade dos homens. O segmento das travestis traz em si aspectos femininos e masculinos, transitando por entre os gêneros a ponto de se poder pensar em um outro gênero.

Contudo, pensamos que esta possibilidade seja inadequada, visto que nos parece que o que realmente ocorra seja uma diversidade de formas de ser e viver o feminino e o masculino. Lésbicas e

⁴ *Bombadeira* é um termo utilizado entre travestis brasileiras para designar em sua rede de socialização aquela travesti que faz aplicações de silicone, habitualmente de uso não clínico, mas industrial, para quem queira garantir uma silhueta mais feminina e com isso uma condição física mais próxima a mulher.

gays não deixam de ser homens e mulheres porque assumem de maneira diversa sua condição masculina e feminina. No caso das travestis, nós observamos que este grupo luta por ser reconhecido, do ponto de vista do gênero, como parte do universo feminino. As travestis usam, ao identificarem-se, não só nomes femininos, mas também se utilizam dos repertórios discursivos femininos, bem como dos respectivos artigos de vestuário e beleza próprios do universo feminino. As travestis que participam do Movimento Nacional de Travestis – ENTLAIDS⁵ – reivindicam o direito ao trabalho, ao respeito, à inclusão social e de serem reconhecidas com “as”, visto que, as mesmas, vivem permanentemente segundo os ritos presentes no universo feminino.

Portanto, o movimento das travestis, assim como os movimentos LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros), têm se organizado em função de questões relacionadas com a exclusão dos direitos humanos, já que enquanto coletivo sua visibilidade tem se dado por questionar a exclusão de milhões de pessoas dos chamados Direitos Universais. Deste modo, observa-se que enquanto a reivindicação de gays e lésbicas tem se dado em torno de questões como o direito ao reconhecimento legal da união de parceiros (as) do mesmo sexo, a adoção e a homoparentalidade entre outros elementos da agenda desses segmentos. Para as travestis e transexuais (e todas as demais designações que compõem o universo *transgênero*) na agenda da luta consta o direito à mudança de sexo assistida pelo poder público, bem como da documentação identificatória; por uma saúde pública capaz de dar-lhes atendimento integral, equânime e universal, assegurado pela Constituição brasileira e que deve ser implementado pelo Sistema Único de Saúde (SUS)⁶, respeitando suas necessidades; e também pela regularização da prostituição como profissão, assegurando direitos previdenciários e de proteção social, cuja responsabilidade é compete a uma ação do Estado brasileiro.

Esse tipo de agenda política, de pauta reivindicatória, é o que tem permitido alguns teóricos nomear esta forma de “*apelo à diferença*”. O que aparentemente parece ser, quando olhamos ingenuamente para estes discursos, apelos díspares: um pela igualdade e o outro o reconhecimento da diferença, pode ser entendido como a construção de discursos e práticas sociais que se articulam como sendo um “*Nós*”.

Neste “*Nós*”, o princípio da igualdade e da diferenciação pode ser visto como uma dialética constante. Logo é importante notar que a articulação dos sujeitos coletivos, deste “*Nós*”, refere-se a um processo de múltiplas negociações, conflitos, legitimações que não possuem um conteúdo valorativo a priori, mas que se constitui no seu próprio processo. E este processo é o objeto de nossa compreensão. Ao propormos uma investigação a partir de um subgrupo – travestis – dos movimentos LGBT, buscamos acompanhar o processo de constituição identitária que, aparentemente, parece exigir ações, discursos, estratégias totalmente diferenciadas, as quais, possivelmente, dados

⁵ O movimento nacional de travestis existe no Brasil há treze anos, sendo apoiado pelo Ministério da Saúde através da Coordenação Nacional de DST/AIDS e chama-se ENTLAIDS – Encontro Nacional de Travestis e Liberados em DST/AIDS. Atualmente este movimento é presidido pela travesti Kely Simpson.

⁶ O Sistema Único de Saúde foi implantado no país após a promulgação da Constituição de 1988 pelas Leis Federais Nº 8080 e 8142 de 1990, tendo como princípios doutrinários a universalidade, a integralidade e a equidade e como princípios organizativos a descentralização, regionalização, hierarquização e a participação popular.

empíricos poderiam nos ajudar a compreender, caso os tivéssemos na forma e quantidades necessárias. Não é o caso e por isto entendemos ser este texto um ensaio primeiro.

Recordamos também aqui uma colocação da Professora Saffioti e que consideramos importante e elucidadora neste caso: “Diferença faz par com identidade, assim como desigualdade o faz com igualdade”. No caso das travestis, como no caso de todos os grupos sociais que sejam alvos da dialética da exclusão/inclusão, percebemos que diferença e desigualdade teimam em fazer um par, ainda que dolorosamente destoante. O ser humano, constitui-se como tal possuindo ‘múltiplas identidades coletivas’ (Melucci, 2004; Castells, 2000; Laraña, 1999, Klandermans, 2002) marcadas por questões de gênero, de raça e etnia, de religião, etc., este as percebe sem deixar de notar as diferenças que esta multiplicidade apresentam entre si.

As diferenças entre homens e mulheres, ao se afirmarem, rompem a unidade, impossibilitando a existência de uma identidade masculina e de uma outra identidade feminina. Elementos como classe, etnia, religião, idade etc. atravessam a pretensa unidade de cada elemento do par, transformando em múltiplo o sujeito masculino ou feminino pensado no singular.

Vale notar que a multiplicidade de identidades muitas vezes é razão suficiente para se garantir o enquadre natural nas estruturas sociais; é condição suficiente para que não se perceba que questões como ser menino e ser menina são aprendidas socialmente. É a partir de detalhes sutis, como os brinquedos infantis, a exemplo do carrinho, da arma e da boneca, que a criança é preparada para vivenciar e atuar nos espaços público e privado. Enquanto o espaço público encontra-se reservado ao masculino e é caracterizado como sendo mais violento, o espaço privado é reservado ao feminino e caracteriza-se pela tranquilidade, doçura e pela submissão⁷.

Dessa forma, se estabelece a necessidade natural de existirem identidades para homens e mulheres, sendo reservado a mulher o caráter natural do ser frágil, sensível e dócil, e ao homem o contraponto do ser forte, provedor, agressivo, frio e intolerante. Esta postura serve ideologicamente para garantir os espaços de poder conquistados pelo homem para reiterar a cultura patriarcal, sexista e heteroerótica; para garantir a assimetria entre os gêneros, bem como para impossibilitar a reflexão sobre outras formas culturais de construção da sexualidade humana, a saber: de ordem homoerótica (gays, lésbicas, travestis e transexuais). Entendemos, assim, que também o travestismo é decorrente, entre outros fatores, do modo como se internalizam as experiências sociais.

A impossibilidade de se ter acesso ao reconhecimento identitário e a direitos verdadeiramente iguais, visto que não se luta por outra coisa que não a igualdade de direito entre o grupo majoritário e as diversas minorias, decorrente da dominação masculina heterossexista põe inúmeros grupos à margem. E a alguns destes grupos na margem da margem. É o que se passa no caso do grupo constituído pelas travestis. Sem terem uma identidade de gênero enquadrada nos padrões normativos heterossexistas e estarem navegando livremente entre o feminino e o masculino e

⁷ Podem-se notar estas características nestes espaços a partir das formas com que meninos e meninas são socializados. Brinquedos como carro e o revólver, simbolizando o espaço público, representam a violência, a decisão, o domínio etc. e são reservados aos meninos. A boneca está associada ao trabalho da casa, ao fogão e à maternidade e são reservadas as meninas. Nas ocasiões em que meninos brincam com bonecos, estes são fortes, dominadores e estão aptos a praticar atos de violência.

questionando a ambos, percebe-se a fragilização deste coletivo que acaba sem poder aceder nem ao espaço do masculino nem ao espaço do feminino por não se lhe reconhecer legitimidade.

Não poder aceder a eles equivale a não aceder ao trabalho por que são vistos com desprezo e como aberrações. A chamada educação inclusiva onde professores não sabem como atuar e muitas vezes as reconhecem da mesma forma com que o universo do trabalho as reconhece; a saúde coletiva porque como aberrações suas necessidades particulares não fazem parte dos conteúdos ensinados aos profissionais dessas áreas e muitas vezes se quer são conhecidos. Assim, àquelas que são talentosas e tem oportunidade existe o mundo artístico em locais de ambiente homoerótico e para as demais muitas vezes a comercialização do sexo e tudo aquilo que está ligado a esse universo.

Violentadas desde a ordem simbólica por terem as oportunidades de inclusão social e estarem inseridas na marginalidade e violentadas muitas vezes, no âmbito físico, seja por policiais⁸ ou por clientes, seja por grupos homófobos que acorrem em seus espaços de trabalho, a elas resta a reação violenta à violência. Essa opção é clara porque se buscassem a proteção do Estado não a teriam, pois sua condição marginal as faz naturalmente desacreditadas e suspeitas. Antonio Sergio Spagnol (2001) ao problematizar a apuração de crimes contra homossexuais no Brasil, afirma que

“(...) os casos de crime contra homossexuais, que originam processos policiais para a apuração de responsabilidades, também não recebem as devidas atenções das autoridades competentes. Os maiores grupos gays do país protestam contra o descaso com que a justiça apura as ocorrências de crimes em que as vítimas são homossexuais e o crime esteja associado a esta condição. Em todo o país, apenas cerca de 10% dos casos vão a julgamento.” (Spagnol, 2001: 106).

Assim, relações marcadas pela assimetria justificam desigualdades e exclusões e geram pólos de opressores e oprimidos, que se manifestam com maior visibilidade nas relações de gênero no espaço privado através do fenômeno universal da violência (Bourdieu, 1999; Smigay, 2000). Neste sentido, percebe-se que o recorrente uso da violência por travestis e contra estas aparece quando as mesmas buscam resistir às condições desiguais a que estão submetidas, aos preconceitos e aos descaminhos decorrentes da dialética da exclusão/inclusão social, e quando aqueles que tratam destas com preconceitos calcados em estereótipos e estigmas, como se travestis fossem anomalias, homens desavergonhados, promíscuos e indignos da vida. Parece-nos que os atos de violência sofridos por elas e a exclusão vivenciadas com base em uma percepção negativa da diferença funcionam como que provocadores que legitimam um outro tipo de violência: em linhas gerais, a violência como resistência. De acordo com Spagnol (2001),

⁸ Segundo os mais importantes grupos de militância do Brasil, 25% dos casos de crimes contra homossexuais são cometidos pela polícia. A esse respeito vale a pena observar os dados oferecidos pelo Grupo Gay da Bahia – GGB – www.ggb.org.br Não bastasse isso, segundo denuncia Spagnol “Na década de 80 os comandantes da polícia militar de São Paulo propuseram confinar as travestis em algumas zonas da cidade, onde poderiam “transitar” livremente. As maiores justificativas da década de 90, para o recolhimento de travestis das ruas, são as de que “estão se espalhando muito pela cidade”. Na realidade, os objetivos da força policial, tanto na década anterior como a de agora, são sempre de mantê-los numa região delimitada, onde possa haver um maior controle sobre todos. Isto é, manter a minoria sob o controle de uma maioria.” (Spagnol, 2001:108).

“Nos discursos das autoridades responsáveis pela “manutenção da ordem”, esses grupos são sempre desqualificados socialmente como imorais, anormais, merecedores de punição, como a necessidade de internação em alguma instituição de saúde, ou simplesmente sua eliminação do espaço público. É comum a prática da violência contra homossexuais em vias públicas, ou mesmo no interior de lojas, bares e coletivos urbanos. E essa violência vai desde a agressão verbal até a física, quando grupos de pessoas se unem para expulsar ou espancar homossexuais, principalmente travestis, em algum local público. Inclui-se com a aquiescência de inúmeros outros indivíduos que testemunhas da ação, mas que não conseguem perceber a injustiça do ato cometido. Tal é a introjeção dos estereótipos elaborados pela maioria, em relação às minorias.” (Spagnol, 2001: 106).

Ainda que, como afirmam Saffioti e Suely Souza Almeida (1995), “Rigorosamente, toda diferenciação, seja da natureza, seja da sociedade, é positiva, porquanto representa enriquecimento”, não podemos esquecer-nos de que estas “Representações sobre a diferença podem ser apropriadas pela ideologia” e o são. No caso das travestis, como também dos demais membros da comunidade LGBT, ser diferente é o mesmo que estarem vinculadas ao perigo, ao dejetos social, a anomalia ou na melhor das hipóteses ao caricato. Portanto, tal apropriação ideológica da diferença abre espaço para que minorias sejam estigmatizadas, incluídas em contextos anômalos, marginais, para que sejam privadas da experiência do público; para que sejam alijadas da sociedade, destituídas de seus direitos cidadãos. Conforme tem ocorrido com o feminino ao longo dos séculos, também este grupo minoritário tem sofrido com o peso da exclusão, do estigma, do estereótipo e do preconceito. Desta forma, os construtores da norma transformam a orientação sexual em um desvio, bem como transformam diferença em desigualdade.

Partilhar o espaço público com aqueles que são considerados marginais, desviantes, não é uma prática recorrente entre os indivíduos que compõe a maioria e que impõem os códigos normativos da vida social. Dividir o espaço público com essas categoriais passa a ser considerado inaceitável e a violência um recurso justificável, pois “O poder do grupo dominante (...) se estende até a definição do que é ou não justo para os outros grupos.” (Cárdia, 1995: 350). O uso da violência tanto simbólica quanto física como recurso de controle e até mesmo com a finalidade de se garantir a limpeza social passa a ser legitimada sob a justificativa de que se deve manter a ordem moral que harmoniza a sociedade. Desta maneira, os grupos dominantes se “(...) utilizam da violência como se fossem meios naturais de resolução de conflitos, seja nas relações entre classes sociais, seja nas relações intersubjetivas.” (Adorno, 1995: 321).

Em busca de amenizar e diminuir, os riscos da violência as minorias constroem guetos que funcionam como espaços de solidariedade e de resistência. Entretanto, estes espaços se originam paradoxalmente do controle social exercido pela maioria dominante. Nesse sentido, Spagnol aponta que os grupos minoritários

“Fecham-se em grupos na tentativa de buscar solidariedade entre os iguais e amenizar os riscos de violência. A união dentro de determinados limites urbanos serve como uma espécie de “prisão exemplar”, onde simultaneamente seus ocupantes vivem e servem de exemplos, obrigados a se manter dentro de limites impostos pela maioria. Caso ultrapassem esses limites, a violência se faz presente para lembrá-los do seu “devido lugar”. (Spagnol, 2001: 107-08).

Ressaltamos outra vez aqui que desigualdade e diferença não são pares, nem ao menos são sinônimos. Ainda que possam ser assim apresentados, quando o são, o são de modo altamente falaz, são apresentados de forma incorreta. Traduzir desigualdade por diferença consiste num fenômeno equivocado que muitas vezes encontra-se presente no conjunto de crenças e valores sociais que organizam e sustentam certas identidades coletivas e produzem certas complexidades da consciência política.

A condição de gênero legitimada socialmente em bases desiguais, injustas, preconceituosas, se constitui em construções, imagens, referências que as pessoas dispõem, de maneira particular, em suas relações concretas com o mundo, tornando-as, muitas vezes, naturalizadas e míopes. Nestas vidas, nestes cotidianos, o único espaço possível é o da alienação, da reposição, da reprodução da irreflexividade. Homens e mulheres elaboram combinações e arranjos de acordo com as necessidades concretas de suas vidas, as quais se encontram marcadas pela ambigüidade, pela contradição e pelo antagonismo. Com as travestis não é diferente. Elas enfrentam esta condição limitante de homens e mulheres, da lógica heteroerótica (e não poucas vezes homoerótica), mas também geram as suas.

Travestismo: Um universo marcado pela diversidade

O presente ensaio resulta em um estudo qualitativo, cuja principal intenção foi investigar a percepção da consciência política entre 12 travestis com as quais tivemos contato na cidade de São Paulo. Notadamente este grupo social vive em um contexto *sui generis* do ponto de vista da lógica dominante. Elas, com seus trejeitos, suas peculiaridades, acabam por denunciar a hipocrisia reinante na sociedade heteroerótica. Segundo seus relatos, elas “vão para a batalha”⁹ a serviço de homens heteroeróticos, em sua maioria, casados, pais de família, mas que nutrem a fantasia de “deitar-se com uma mulher que os domine” ou então, “transar com uma mulher-homem”.

Alguns dos estigmas e estereótipos que povoam o universo do travestismo é de que elas são *truqueiras, gileteiras, violentas, perigosas*. Por vezes isso é verdadeiro. Contudo, não se observa que essas atitudes constituem estratégias de sobrevivência de um grupo social que se encontra privado de todas as formas reconhecidas como corretas para o acesso aos bens e direitos que a sociedade dispõe àqueles que se encontram pacificamente regulados na norma geral, mesmo que de modo aparente. As travestis, como as mulheres, também são transgressoras da norma e lutam por relações mais equânimes. Ainda que elas transitem pela aparência do feminino, pelos gestos e gostos semelhantes ao do feminino e usem a força e a violência do masculino para garantir, se não a sua inclusão num universo que julgam também ser seu, ao menos a sua sobrevivência, a despeito daquilo que a natureza lhes reservou, elas muitas vezes só podem atuar como transgressoras da norma, visto que não podem omitir sua condição, não sendo admitidas nem como mulheres e nem como homens. Ser travesti implica necessariamente em transgredir a norma e em sofrer com o peso do estigma, implica em estar socialmente inserido em uma condição de alta vulnerabilidade, pois a sociedade só lhe oferece a possibilidade do *não-lugar*.

⁹ Ir para batalha equivale a ganhar a vida, normalmente mediante a prostituição.

Desta forma, o universo do travestismo é marcado por uma cultura particular diversa daquela que pauta os imaginários dos universos gay, lésbico e heteroerótico. Neste universo, existem inúmeras travestis que se entendem absolutamente como mulher e só não fizeram a mudança de sexo por absoluta falta de condições econômicas que lhes possibilitasse fazê-lo. Existem outras que cultuam a aparência estética feminina a ponto de serem bombadas até perceberem-se com uma perfeita mulher. Outras usam hormônios e descartam a possibilidade de *bombar-se* por medo dos efeitos colaterais que o uso do silicone industrial pode gerar. Há aquelas que apenas se travestem a noite porque de dia trabalham, as chamadas *cross dressers*.

Todavia, apesar disso, as travestis que se identificam com essa condição encontram-se satisfeitas com a manutenção de seu pênis e a aquisição da estética feminina. Nesta diversidade de possibilidades com as quais as travestis podem conduzir suas vidas, todas elas encontram-se na encruzilhada da inclusão/exclusão social regulada pelo preconceito. Como sua condição é visível, não se fazendo necessário que uma travesti *publicize* sua condição de travesti, pois suas características transmitem todas as informações sociais a seu respeito (Goffman, 1980), não podendo invisibilizar-se, estando portanto, permanentemente sob o peso de juízos provisórios negativos a que chamamos preconceitos (Heller, 2000). Por esse motivo, as travestis são constante motivo de estranheza, de mal-estar social, porque põem em cheque as normas de conduta que organizam e harmonizam a sociedade segundo o catecismo da heterossexualidade obrigatória. Como recorda Spagnol, ao fazerem-se visíveis no espaço público as travestis "(...) surpreendem, principalmente os intolerantes, os vigilantes da moral e da normalidade. Quebra a linha que divide o público do privado. A necessidade desses indivíduos de se expor provoca uma reação contrária dos mantenedores da ordem. É o preconceito que se deforma "para baixo" na escala dos sentimentos" (Spagnol, 2001:113).

Consciência e Participação Política: Um caminho para a superação de vulnerabilidades

Diversas são as complexidades da consciência política que apresentam as travestis. Um pouco dessa diversidade pode-se ver entre as que nos concederam as entrevistas que ora utilizamos. Durante as entrevistas com cada uma das doze entrevistadas abordamos questões como a consciência da importância de sua participação política junto ao movimento nacional de travestis – ENTLAIDS – trabalho, saúde pública e exclusão social. Entendemos que essa diversidade de complexidades na constituição da consciência política destes sujeitos pode indicar graves desdobramentos do ponto de vista da saúde pública, visto que quanto mais simples for a organização dos conteúdos da consciência política mais vulnerável será o comportamento cotidiano de qualquer sujeito.

Nesse caso, percebe-se que a consciência política de alguns destes sujeitos, a maioria de nossas entrevistadas (nove) entendem que as razões da exclusão social vivenciadas por elas são exclusivamente decorrentes da percepção preconceituosa que o conjunto da sociedade tem a seu respeito. Elas colocam-se na condição absoluta de vítimas. Esse comportamento decorre de uma cultura política que povoa as dimensões da consciência política de uma grande parcela da sociedade brasileira.

Desta forma, essa questão está marcada por uma concepção assistencialista que desresponsabiliza o sujeito de tomar o timão de sua história e faz parte de um conjunto de aspectos que contribuem à alienação desses sujeitos. Conseqüências desta complexidade da consciência são, por exemplo,

esperar que os donos de estabelecimentos ligados à noite e a prostituição tomem as providências que elas próprias deveriam tomar junto ao governo ou que o próprio governo venha naturalmente tomar sua defesa. Na condição de vitimizadas algumas delas ainda tendem a abrir mão dos meios necessários para relações sexuais seguras com seus clientes e parceiros como o uso contínuo de preservativos e lubrificantes. Segundo algumas delas (três) o que determina o uso de preservativos é "(...) a necessidade de sobreviver, sabe...", "A gente tenta, mas tem as conta pra pagar, né?!", "Mas a gente sempre tenta convencer os cliente, mas nem sempre eles querem e aí...".

Este grupo demonstra total desinteresse em participar da luta do ENTLAIDS ou de quaisquer outros movimentos organizados que necessitem seu empenho pessoal, sendo que elas nem mesmo estão dispostas à integrar ações coletivas de seu interesse direto. Portanto, sua consciência política encontra-se marcada pela fragmentação, conformadas com a lógica que orienta o processo de inclusão e exclusão social, pois "A gente não escolhe ser assim. Mas fazer o quê...". *Estarem vulneráveis e sofrer violência policial ou de grupos preconceituosos da sociedade brasileira já "Faz parte. É subir no salto e continuar na batalha!"*.

Das outras três entrevistadas, duas já participaram de algumas movimentações do ENTLAIDS, sabem da necessidade de prevenirem-se e aos parceiros/clientes das doenças sexualmente transmissíveis/AIDS (DST/AIDS) durante o trabalho como profissionais do sexo. Todavia, elas não têm disponibilidade para encarar de modo marcante às atividades do movimento. Colocam-se como apoiadoras à distância dessas iniciativas: "Eu até já fui num desses encontros... Foi muito divertido conhecer outras travas de fora de São Paulo. Mas eu não posso me dedicar pra isso porque toma tempo e eu tenho que trabalhar. Mas elas tão certas. Tem que brigar. Elas têm meu apoio".

Aqui nota-se maior clareza das dimensões da consciência política, mas baixo grau de disponibilidade política. Dimensões como vontade de agir coletivamente e metas coletivas são atribuídas a outrem que não a elas mesmas. Assim, a consciência política destas travestis coloca-se em um âmbito intermediário e pouco disposto a integrar ações coletivas. Apenas uma de nossas entrevistadas tem uma vida marcada pela ação militante, mas que, mesmo assim, não traz consigo uma consciência revolucionária. Ainda há traços fragmentários. Ela atua mais como uma agente em defesa da importância da saúde em sentido amplo, do que como alguém implicada com a luta da inserção digna das travestis no conjunto da sociedade brasileira.

A consolidação de uma consciência revolucionária exercitada por meio de uma atuação reivindicatória baseada em causas e necessidades coletivas, entre essa população é extremamente frágil. Se é verdade que elas sofrem muito com atos preconceituosos vindos da sociedade civil e dos aparatos governamentais como, por exemplo, a polícia, também é verdade que o discurso dominante e preconceituoso está fortemente internalizado por grande parte delas o que dificulta a transformação desta realidade. Em outras palavras, ao assumirem esse discurso elas tendem a cair em falácias próprias dos vitimizadas que não apostam em tentativas de mudança social. Elas acomodam-se e ao acomodarem-se dificultam, em muito, as ações de promoção da saúde sexual e da prevenção das DST/HIV/AIDS, aumentando sua vulnerabilidade, seja no âmbito individual ou coletivo.

Portanto, os determinantes de vulnerabilidade a que as travestis estão expostas referem-se a um conjunto de elementos interdependentes e inter-relacionados de ordem individual, institucional/programática e social. Nesse sentido, para apreender a vulnerabilidade de uma população ou grupo, faz-se necessário compreender como operam fatores de natureza biológica, psicológica, cognitiva, política, social, e cultural, entre outros, que nos possibilitam entender como os

sujeitos ampliam ou reduzem seus riscos, facilitando ou dificultando, por exemplo, a prevenção frente a uma determinada doença, condição ou dano como podemos observar no caso das DST/HIV/AIDS.

Nesta perspectiva, segundo a definição proposta por José Ricardo Ayres (1999), o conceito de vulnerabilidade

"(...) visa não a distinção daquele que tem alguma chance de se expor às DST/AIDS, mas sim o fornecimento de elementos para avaliar objetivamente, as diferentes chances que todo e qualquer indivíduo tem de se infectar, dado o conjunto formado por certas características individuais, sociais e institucionais de seu cotidiano julgadas relevantes para maior exposição ou menor chance de proteção diante do problema". (Ayres, 1999: 54).

Dessa forma, para compreendermos a *vulnerabilidade individual* das travestis devemos considerar os diferentes aspectos cognitivos, afetivos e morais que condicionam sua percepção de risco no cotidiano, sendo esse um elemento fundamental para adoção de práticas e atitudes de auto proteção. Considerando-se que as mesmas estão inseridas em um determinado meio social, sendo ao mesmo tempo produto e produtoras desse contexto, a *vulnerabilidade social* também deve ser investigada, pois a mesma está relacionada às condições culturais, econômicas e políticas que permitem compreender esses aspectos em seus determinantes contextuais, tais como gênero, orientação sexual, faixa etária, escolaridade, religião, raça, renda, inclusão social, entre outros. E por fim, dada à importância da atuação governamental evidenciada em nosso estudo, não podemos deixar de incluir na formulação e implementação de qualquer política pública, que tenha como concepção sustentadora o acesso e a garantia aos direitos de proteção social das travestis, a importância da *vulnerabilidade institucional ou programática*, pois essa está diretamente relacionada ao desenvolvimento ou não de políticas, programas, projetos, serviços e ações públicas que tenham como intencionalidade minimizar a exposição ou a falta de proteção dos sujeitos aos agravos, seja no plano de intervenção individual ou no contextual.

Considerações finais

O desafio de romper o esquema binário pelo qual masculino e feminino se constroem na mútua oposição, tem desafiado o movimento feminista. Este se propõe a desmontar um esquema construído numa lógica patriarcal que dificulta a percepção e construção de um outro mundo, de outras formas de sexualização.

A proposta de desconstrução implica em desmontar a lógica das oposições binárias do pensamento tradicional, as quais são histórica e socialmente construídas. Implica também em rejeitar o caráter fixo e permanente da oposição binária de uma historicização genuína em termos de diferença sexual, dando visibilidade aos sujeitos diferentes. Dar visibilidade aos sujeitos que são diferentes, implica não apenas dar visibilidade a mulher de orientação heteroerótica que vive nesta sociedade patriarcal que a relega a uma relação desigual, sem equidade, mas também dar visibilidade e possibilitar a inclusão de todas as minorias; dar visibilidade significa sim possibilitar relações equânimes para a mulher de orientação heteroerótica, mas também aos homens e mulheres de orientação bissexual, assim como aos gays, lésbicas, transexuais e travestis.

Para tanto, não podemos deixar de recordar que durante o processo de desconstrução desta lógica hegemônica que atua sobre as relações existentes entre indivíduo e sociedade, identidade, diferença, igualdade e equidade convergem e estão colocadas no campo oposto da desigualdade. Reforçamos a afirmação de que desigualdade não é o par nem sequer é sinônimo de diferença.

Este processo rumo à mudança social frente às relações de gênero, mostrar-se-á insuficiente, caso nos contentemos com ela sem desconstruirmos a perversidade dessa lógica social. É preciso mais. Assim, além de nutrir e canalizar nossos esforços para desconstrução da lógica social hegemônica vigente, se faz mister que nos dediquemos durante a não menos difícil e desafiadora atividade de construirmos uma outra lógica social, a saber: a lógica da diferença, da inclusão universal pautado na multiplicidade de identidades individuais e coletivas.

Construir essa outra lógica, na qual a desigualdade não fará parte, pode parecer utópico, irreal, ou mesmo impossível. Contudo, o que seria do gênero humano se não tivesse objetivos sonhos, ideais, utopias para perseguir? Eis um desafio que nos remete à superação: considerando as diferenças que marcam o universo de cada um dos dois gêneros, masculino e feminino, bem como as múltiplas formas com que estes podem desdobrar-se, é necessário mostrar ao mundo que a lógica patriarcal excludente não tem sentido e não pode continuar orientando as relações humanas, mas que, ao contrário, masculino e feminino encontram-se um presente no outro, e portanto ambos podem ser equivalentes e, assim, todas as maneiras com que eles se desdobram no âmbito das sexualidades, das orientações sexuais de cada sujeito, são lícitas e válidas.

É sabido que o fenômeno da exclusão não é específico da mulher, mas atinge os diferentes segmentos da sociedade. É também notório que a exclusão não é provocada unicamente pelo setor econômico, embora se admita que este seja um dos principais pilares de sustentação desse fenômeno. Essa iniciativa faz parte de uma guerra no campo das idéias que avança de forma heterogênea nas conjunturas sociais, econômicas, políticas e culturais em diversas partes do planeta. A práxis é responsável pela construção das subjetividades que se objetivam por meio de novas práticas. Assim sendo, cada ser humano é a história de suas relações sociais, mediante as quais se constitui permanentemente enquanto sujeito e estabelece os fundamentos sócio-culturais de sua sexualidade. Assim, é com todos, e todos incluem as travestis.

Por fim, nosso estudo aponta para a importância da ação governamental para proporcionar a organização do segmento das travestis, marcada por tantas situações discriminatórias. As poucas ações que existem no território brasileiro com vistas a melhorar as condições sócio-político-culturais desta população, surgiram a partir do e/ou com o apoio governamental.

Nesse sentido, observamos o caso do movimento nacional de travestis – ENTLAIDS. Ele também reflete as dicotomias do universo travesti, pois é um movimento social que existe graças ao patrocínio governamental como estratégia para o enfrentamento da vulnerabilidade dessa população. Diferentemente de outros movimentos sociais, na atual conjuntura, este não se manteria sem a intervenção governamental, o que faz com que seja, na verdade um proto-movimento social.

Assim, no caso das travestis, a ação do poder público contribui no processo de complexificação da consciência política, visto que este as impulsiona à participarem politicamente afim de lograr uma outra forma de inclusão, na qual as travestis não estejam inscritas mediante estigmas e estereótipos sociais, mas sim devido ao exercício de sua cidadania. A diferença na orientação sexual, nas formas com que os papéis de gênero se estabelecem na vida de uma travesti não justificam a sua condição de exclusão. É preciso romper com a lógica do patriarcado-racismo-capitalismo como bem apontou

Saffioti (1987) na organização da sociedade brasileira. Basta de fazermos do discurso religioso de tradição monoteísta um escudo para não vermos a pluralidade presente nas relações humanas e, assim, garantirmos a manutenção e reposição deste sistema de dominação-exploração calcado na figura patriarcal, branca e burguesa, no qual mulheres, negros e homoeróticos serão eternas anomalias a espera da adequada ocasião para serem extintas.

Urge mostrar que, em verdade, um outro mundo baseado na diversidade, na diferença, na igualdade, na multiplicidade de identidades e na equidade é possível.

Referencias

- Adorno, Sergio França. (1995). A violência na Sociedade Brasileira: Um painel inconcluso em uma democracia não consolidada. *Revista Sociedade & Estado*, 10(2) Jul./Dez.
- Alambert, Zuleika. (1986). *Feminismo: o ponto de vista marxista*. São Paulo: Nobel.
- Ayres, José Ricardo de Carvalho Mesquita.; Júnior, Ivan França.; Calazans, Gabriela. (1999). Vulnerabilidade e Prevenção em Tempos de AIDS. In Regina Maria, Barbosa e Richard, Parker (org.). *Sexualidades pelo Averso – Direitos, Identidades e Poder* (pp.50-72). São Paulo: Editora 34.
- Bandeira, Lourdes e Suarez, Mireya. (Orgs.) (1999). *Violência e crime no Distrito Federal*. Brasília: Paralelo 15/Universidade de Brasília.
- Barbieri, Teresita. (1992). *Sobre a categoria de gênero: uma introdução teórico-metodológica*. Recife: SOS Corpo.
- Bourdieu, Pierre. (1999). *Dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Bruschini, Maria Cristina Aranha. (1990). *Mulher, casa e trabalho: o cotidiano nas camadas médias paulistas*. São Paulo: Vértice.
- Bruschini, Maria Cristina. e Rosemberg, Fulvia. (1982). *Trabalhadoras do Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- Buarque, Cristóvam. (1991). *A Desordem do Progresso - o fim da era dos economistas e a construção do futuro*. Rio de Janeiro : Paz e Terra.
- Buarque, Cristóvam. (1993a). O Pensamento em um mundo Terceiro Mundo In Marcel, Bursztyn. *Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo : Editora Brasiliense.
- Buarque, Cristóvam. (1993b). A Qualidade de Vida: A Modernização da Utopia. *Lua Nova de Cultura e Política*, 31, 1-1.
- Buarque, Cristóvam. (1996). *O Que é Apartheid - o apartheid social no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Cardia, Nancy. (1995). Direitos Humanos e exclusão moral. *Revista Sociedade & Estado*, 10(2) Jul./Dez.

- Castel, Robert. (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes.
- Crochik, José Leon. (1997). *Preconceito: indivíduo e cultura*. São Paulo: Probel editora.
- Dupas, Gilberto. (1999). *Economia global e exclusão social*. São Paulo: Paz e Terra.
- Fischer, Izaura R. (1997). *A trabalhadora rural: conscientização na empresa agrícola moderna*. Dissertação (Administração Rural e Comunicação Rural) Universidade Federal Rural de Pernambuco.
- Gamson, Willian A. (1992a). *Talking Politics*. Cambridge University Press.
- Gamson, Willian A. (1992b). The Social Psychology of Coletive Action. In Aldon D., Morris e Cartol McClug, Mueller. (orgs). *Fronteirs in Social Movement Theory* (pp. 53-76). Yale University Press.
- Goffman, Erving. (1980). *Estigma*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Grossi, Mirian Pilar e Pedro, Joana Maria. (orgs). (1998). *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Ed. Mulheres.
- Heller, Agnes. (2000). *O Cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra.
- Jaguaribe, Hélio. (1986). *Alternativas do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra.
- Laclau, Ernesto. (1979). *Política e Ideologia na Teoria Marxista – capitalismo, fascismo e populismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Laclau, Ernesto. (1994). *Making Of Political Identities*. Nova Iorque: Verso Books.
- Laclau, Ernesto e Mouffe, Chantal. (1985). *Hegemonia y Estrategia Socialista*. Madrid: Siglo XXI.
- Lauretis, Tereza de. (1987). *The technology of gender*. Indiana University Press.
- Lenoir, René. (1974). *Les Exclus*. Paris: Le Seuil.
- Mouffe, Chantal. (1996). *O Regresso do Político*. Lisboa: Gradiva.
- Nascimento, Elimar Pinheiro do. (1996). O fenômeno da exclusão social no Brasil. INED n.3.
- Pateman, Carole. (1993). *O contrato Sexual*. São Paulo: Paz e Terra.
- Paugam, Serge. (1999). O Enfraquecimento e a Ruptura dos Valores Sociais – uma dimensão essencial do processo da desqualificação social. In Bader Burihan, Sawaia. (org). *As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp.67-86). Petrópolis: Vozes.
- Pierucci, Antônio Flávio. (2000). *Ciladas da Diferença*. São Paulo: Editora 34.
- Saffioti, Heleieth I. B. (1987). *O Poder do Macho*. São Paulo: Moderna.
- Saffioti, Heleieth I. B. (1997). Equidade e paridade para obter igualdade. *Revista O social em questão*, I, 1, jan-jun.

- Saffioti, Heleieth I. B e Almeida, Suely, Souza. (1995). *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter
- Sandoval, Salvador. (1994). Reflexões sobre Cidadania e Formação de Consciência Política no Brasil. In Mary Jane, Spink (org.). *A Cidadania em Construção: Uma Reflexão Transdisciplinar* (pp. 59-74). São Paulo: Cortez.
- Sawaia, Bader Burihan. (org) (1999). *As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes.
- Scott, Joan. (1995). Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Educação e Realidade*, V, 20(2), 71-100.
- Silva, Tomaz Tadeu da. (2000). *Identidade e Diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes.
- Smigay, Karin von. (2000). *Relacoes violentas no espaço da intimidade: drama privado ou tragedia publica?* Tese de Doutorado em Psicologia Social. São Paulo: PUCSP.
- Spagnol, Antonio Sergio. (2001). *O Desejo Marginal*. São Paulo: Arte Ciência/Villipress.
- Wanderley, Mariangela Belfiore. (1999). Refletindo sobre noção de exclusão. In Bader Burihan, Sawaia. *As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. (pp. 16-26). Petrópolis: Vozes.

Historia editorial

Recibido: 03/04/2004

Primera revisión: 07/10/2004

Aceptado: 28/10/2005

Formato de citación

Soares da Silva, Alessandro y Barboza, Renato. (2005). Diversidade sexual, Gênero e Exclusão Social na produção da Consciência Política de Travestis. *Athenea Digital*, 8, 27-49. Disponible en <http://antalya.uab.es/athenea/num8/soares.pdf>

Alessandro Soares da Silva. Filósofo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Mestre e doutorando em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Brasil – e, atualmente, investigador visitante na Universidade Complutense de Madrid – Espanha.

Renato Barboza. Sociólogo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pesquisador Científico e mestrando em Saúde Coletiva do Instituto de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo.



Este texto está protegido por una licencia [Creative Commons](#).

Usted es libre de copiar, distribuir y comunicar públicamente la obra bajo las siguientes condiciones:

Reconocimiento: Debe reconocer y citar al autor original.

No comercial. No puede utilizar esta obra para fines comerciales.

Sin obras derivadas. No se puede alterar, transformar, o generar una obra derivada a partir de esta obra.

[Resumen de licencia](#)

[Texto completo de la licencia](#)